



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 20100/2021-2

**EDITAL DO PROAD Nº 20100/2021-2
PREGÃO ELETRÔNICO**

Objeto: Eventual aquisição de itens de gênero alimentício e de higiene (de uso contínuo), tais como açúcar, água mineral, adoçante, chá mate, café, água sanitária, detergente, guardanapos e outros, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I, parte integrante deste edital.

NOTA 1: As especificações consignadas no site www.comprasgovernamentais.gov.br são apenas referenciais. Devem ser consideradas única e exclusivamente as descrições e as especificações técnicas constantes do edital.

NOTA 2: A presente licitação é regida pela Lei 8666/93 e demais normativos consignados no preâmbulo deste edital.

Registro de Preços: Sim	Possibilidade de Adesão: Não
--------------------------------	-------------------------------------

Exclusiva ME/EPP: Não

Margem de Preferência: Não

Valor Total Estimado: R\$ 304.216,06

Data e local da disputa: 21/3/2022, às 14 horas, no Portal de Compras do Governo Federal - www.comprasgovernamentais.gov.br

Licitação nº: 10/2022	UASG do TRT15: 080011
------------------------------	------------------------------

Vistoria Prévia: Não se aplica

Amostra/Material Técnico ilustrativo: Ver Item 6 do Anexo I ao Edital
--

Laudos/Certificados: Ver Anexo I – Termo de Referência

Documentos de Habilitação

Vide Item 9 do Edital

Prazos

Envio de proposta e documentação por meio eletrônico	2 horas após solicitação do pregoeiro pelo sistema
---	--

Pedido de esclarecimentos	Até 3 dias úteis anteriores ao pregão
----------------------------------	---------------------------------------

Impugnação	Até 3 dias úteis anteriores ao pregão
-------------------	---------------------------------------

Endereço eletrônico para todas as tratativas referentes ao presente certame

licita@trt15.jus.br

Telefones: (19) 3231-9500 ramais 2580/2523 *

* Em virtude da Portaria Conjunta GP-VPA-VPJ-CR Nº 003/2020, atendimentos por telefone foram suspensos. Somente via e-mail.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 20100/2021-2

EDITAL DO PROAD Nº 20100/2021-2

PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

Torna-se público que o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, por meio da Coordenadoria de Licitações, sediada na Rua Dr. Quirino, 1080, Centro de Campinas/SP, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento menor preço por Grupo, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 10, de 10 de fevereiro de 2020 (que altera a Instrução Normativa nº 03, de 26 de abril de 2018), da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

DAS DATAS E DO ENDEREÇO ELETRÔNICO

a. Início da disputa de preços:	21/3/2022, às 14 horas
b. Local da Disputa:	Portal de Compras do Governo Federal - www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a eventual aquisição de itens de gênero alimentício e de higiene (de uso contínuo), tais como açúcar, água mineral, adoçante, chá mate, café, água sanitária, detergente, guardanapos e outros, , conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência - Anexo I, parte integrante deste edital, bem como nos esclarecimentos eventualmente consignados no Portal de Compras do Governo Federal - www.comprasgovernamentais.gov.br.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por itens conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL do grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes ao órgão gerenciador e participante, bem como a eventuais adesões, são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DO CREDENCIAMENTO



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 20100/2021-2

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);



4.3.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.3.5. que estejam sob falência, concurso de credores, recuperação judicial ou extrajudicial ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.3.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.4.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.4.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

4.4.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.4.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.4.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.4.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.4.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.4.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 20100/2021-2

4.4.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 20100/2021-2

6.1.1. valor unitário de cada item e total do grupo;

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante;

6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.6.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 20100/2021-2

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do grupo.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,01 (um centavo).

7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.



7.12.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.



7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

7.26.1. no país;

7.26.2. por empresas brasileiras;

7.26.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.26.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.28.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.28.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.28.2.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pelo e-mail licita@trt15.jus.br, pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a produtos e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pelo e-mail licita@trt15.jus.br, pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.



8.8. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.8.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.9. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (CNEP) (www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep)

d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

e) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c", "d" e "e" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992,



que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 20100/2021-2

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8. Habilitação jurídica:

9.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.8.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 20100/2021-2

9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal/estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual/Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.9.8. caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.10. Qualificação Econômico-Financeira:

9.10.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

9.11. Qualificação Técnica:

9.11.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.11.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, a empresa licitante deverá apresentar os seguintes documentos:



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 20100/2021-2

a) Quanto à Capacitação Operacional: Apresentação de um ou mais Atestado(s) de capacidade técnica, em nome da licitante, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente identificada, com a discriminação e as respectivas quantidades, que comprove(m) ter executado, satisfatoriamente, fornecimento com características semelhantes ao objeto desta contratação, quais sejam: quantitativo mínimo de 40% de um dos itens de cada Grupo.

9.12. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.19. O licitante provisoriamente vencedor em um grupo, que estiver concorrendo em outro grupo, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação



cumulativamente, isto é, somando as exigências do grupo em que venceu às do grupo em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação.

9.19.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a habilitação recairá sobre o(s) primeiro(s) grupo(s) arrematado(s) pela licitante, verificada a ordem cronológica de encerramento do grupo, conforme mensagem emitida no chat pelo sistema.

9.19.1.1. Caso haja grupo(s) arrematado(s) concomitantemente (na mesma hora, minuto e segundo, a ser verificado no sistema), a habilitação recairá sobre o grupo de maior valor.

9.19.1.2. Não se aplica o presente subitem para o arremate que se deu por inabilitação / desclassificação de licitante anterior.

9.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal, conforme modelo do Anexo II.

10.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento (ver Anexo II).

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 20100/2021-2

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

10.7. Considera-se, para efeito de **hora / dia útil**, o horário / período compreendido entre **08 e 18 horas, de segunda a sexta-feira, com exceção de feriados e recessos forenses**.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de até 60 (sessenta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 20100/2021-2

própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

15.1. Não haverá exigência de garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação.

16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.1.1. A assinatura do contrato ou instrumento equivalente, da Ata de Registro de Preços, bem como de quaisquer outros termos e documentos no âmbito



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 20100/2021-2

da contratação, dar-se-á, a critério deste TRT, por meio do Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PROAD), acessível por meio do Portal PROAD.

16.1.2. A assinatura de documentos pela CONTRATADA será admitida nas seguintes modalidades:

- a) assinatura digital, baseada em certificado digital, emitido por autoridade certificadora credenciada à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil;
- e
- b) assinatura eletrônica, baseada em senha fornecida pela CONTRATADA e vinculada a certificado digital gerado pelo PROAD.

16.1.3. A assinatura realizada na forma dos subitens acima será considerada válida para todos os efeitos legais.

16.2. O prazo estabelecido no subitem 16.1 para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

16.2.1. O Adjudicatário deverá fornecer a documentação solicitada pelo TRT para a realização do cadastro prévio necessário ao seu acesso e de seu representante legal, como usuários externos, ao Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PROAD).

16.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

16.3.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame;

17. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

17.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

17.2. O adjudicatário terá o prazo de 01 (um) dia, contado a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.2.1. A assinatura do contrato ou instrumento equivalente, da Ata de Registro de Preços, bem como de quaisquer outros termos e documentos no âmbito da contratação, dar-se-á, a critério deste TRT, por meio do Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PROAD), acessível por meio do Portal PROAD.

17.2.1.1. O Adjudicatário deverá fornecer a documentação solicitada pelo TRT para a realização do cadastro prévio necessário ao seu acesso e de seu representante



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 20100/2021-2

legal, como usuários externos, ao Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PROAD).

17.2.2. A assinatura de documentos pelo adjudicatário será admitida nas modalidades de assinatura digital, baseada em certificado digital, emitido por autoridade certificadora credenciada à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil e assinatura eletrônica, baseada em senha fornecida pelo adjudicado e vinculada a certificado digital gerado pelo PROAD.

17.2.3. A assinatura realizada na forma dos subitens acima será considerada válida para todos os efeitos legais.

17.2.4. O prazo previsto no subitem 17.2 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

17.2.5. O e-mail de envio do termo de contrato será considerado, para todos os efeitos legais, como a notificação para assinatura do contrato.

17.2.6. Na ausência de imediata confirmação de recebimento pela empresa, a referida mensagem eletrônica de encaminhamento do contrato, desde que corretamente encaminhada para o endereço indicado pela empresa em sua proposta, será considerada recebida para todos os efeitos, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar de sua emissão.

17.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

17.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

17.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

17.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

17.4. O prazo de vigência da contratação será igual ao da Ata de Registro de Preços (até 12 meses – artigo 15, §3º, III, da Lei 8.666/1993).

17.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

17.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 20100/2021-2

17.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

17.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

17.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

18. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

18.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I a este Edital.

19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

19.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência – Anexo I.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

20.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I.

21. DO PAGAMENTO

21.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I a este Edital.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

22.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

22.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

22.1.3. apresentar documentação falsa;



22.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

22.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

22.1.6. não mantiver a proposta;

22.1.7. cometer fraude fiscal;

22.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

22.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços, que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

22.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

22.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

22.4.2. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

22.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

22.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

22.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

22.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

22.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para



ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

22.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

22.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

22.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

22.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

22.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência – Anexo I.

23. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

23.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

23.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

23.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

23.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 20100/2021-2

24.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

24.2. A impugnação deverá ser realizada mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico: licita@trt15.jus.br.

24.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

24.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

24.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, pelo e-mail licita@trt15.jus.br.

24.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

24.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

24.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

25.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

25.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

25.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 20100/2021-2

25.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.11. O(s) Edital(is) está(ão) disponibilizado(s), na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br e <http://portal.trt15.jus.br/pregoes-eletronicos> e também poderá(ão) ser lido(s) e/ou obtido(s) no e-mail licita@trt15.jus.br.

25.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

25.12.1. ANEXO I - Termo de Referência;

25.12.2. ANEXO II – Proposta Atualizada;

25.12.3. ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços.

26. DO FORO

Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Campinas - Justiça Federal do Estado de São Paulo - para dirimir toda e qualquer questão que derivar da presente contratação.

Campinas, 8 de março de 2022.

Ana Sílvia Damasceno Cardoso Buson
Secretária da Administração



ANEXO I AO EDITAL – TERMO DE REFERÊNCIA

IMPORTANTE. Em atendimento ao determinado no Decreto Estadual nº 64.959/2020, motivado pela pandemia ocasionada pelo Covid-19, assim como às boas práticas e aos normativos que porventura venham a ser editados disciplinando a matéria, informamos que o acesso a todas as dependências deste E. TRT deve, obrigatoriamente, ser efetuado com o uso de máscaras de proteção facial. Essa obrigatoriedade deve ser observada, inclusive, pelos funcionários das empresas contratadas por este E. TRT, as quais deverão levar em consideração, nos valores a serem ofertados em suas propostas de preços, os custos com o citado EPI.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Registro de preços para eventual aquisição de itens de gênero alimentício e de higiene (de uso contínuo), tais como açúcar, água mineral, adoçante, chá mate, café, água sanitária, detergente, guardanapos e outros, conforme as especificações e condições constantes neste Termo de Referência, bem como nos esclarecimentos eventualmente consignados no Portal de Compras do Governo Federal, site www.comprasgovernamentais.gov.br.

NOTA: Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br e as especificações técnicas constantes do edital, prevalecerão estas últimas.

2. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

GRUPO 1			
Item	Descrição	Quantidade	Unidade
1	Açúcar cristal de origem vegetal, sacarose de cana de açúcar, isento de impurezas, com prazo de validade de 12 (doze) meses restantes, a partir da entrega pelo fornecedor, com data de fabricação e validade impressas no rótulo da embalagem.	4.320	quilo (embalagem de 250g; 500g; 1kg ou 5kg)
2	Adoçante líquido dietético, Aspartame, com prazo de validade de no mínimo 12 (doze) meses restantes, a partir da entrega pelo fornecedor, com data de fabricação e de validade impressas no rótulo da embalagem, acondicionados em frascos contendo entre 100ml e 120ml.	496	frasco entre 100ml e 120ml
3	Água mineral, envasada em garrafa plástica de 500ml ou 510ml, destinadas ao consumo exclusivo de magistrados.	4.000	garrafa plástica de 500ml ou de 510ml
4	Café torrado e moído, acondicionados em embalagens do tipo vácuo, com validade de 12 (doze) meses, a partir da entrega pelo fornecedor, com registro da data de fabricação e validade impressas no rótulo da	4.800	quilo (embalagem de 250g; 500g; 1kg ou 5kg)



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 20100/2021-2

	<p>embalagem. Qualidade: a marca deve possuir Certificado no PQC - Programa de Qualidade do Café da ABIC, em plena validade, ou Laudo de Avaliação do Café, emitido por laboratório especializado, com nota de Qualidade Global mínima de 6,0 pontos e máxima de 7,2 na Escala Sensorial do Café e Laudo de Microscopia do Café com tolerância de no máximo 1% de impureza, com aspecto em pó homogêneo, torrado e moído. Tipo e café: Gosto predominante de café arábica. Bebida: Dura, não admitindo-se Rio ou Rio Zona. A Contratada deverá arcar com os custos, caso opte pelo procedimento de análise de amostras do lote efetivamente entregue para a Certificação da Qualidade do Café. Laboratórios credenciados para a certificação exigida:</p> <p>a) Lafise - Ital, Avenida Brasil, n. 2880, Chapadão, Campinas, São Paulo, CEP 13.073-001, Telefone: (19) 3743-1804, e-mail: alinegarcia@ital.sp.gov.br; b) GAC - Grupo de Avaliação de Café, Praça Dom José Gaspar, n. 30/21, São Paulo/SP, CEP 010.47-010, Telefone: (11) 3259-7673, e-mail: gac@sindicafesp.com.br; c) Escritório Carvalhaes, Rua do Comércio, n. 55/8, Santos, São Paulo, CEP 11.010-141, Telefone: (13) 2102-5778, e-mail: lab@carvalhaes.com.br.</p>		
5	<p>Caixa de chá erva mate tostada, acondicionada em embalagem/caixa de 250g cada uma, com prazo de validade de 12 (doze) meses restantes, a partir da entrega pelo fornecedor, com data de fabricação e de validade impressas no rótulo da embalagem/caixa.</p>	1.044	Caixa com 250g

GRUPO 2			
Item	Descrição	Quantidade	Unidade
6	Água sanitária, frasco com 1000ml, com boa vedação e tampa roscável.	336	Frasco com 1.000 ml
7	Álcool Gel 500g.	144	Frasco com 500g



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD N° 20100/2021-2

8	Álcool líquido 92,8°INPM (96°GL), para higienização de louças e equipamentos.	78	Frasco com 1.000ml
9	Desengraxante/Desincrustante alcalino, princípio ativo hidróxido de sódio, para higienização de equipamento em inox, devidamente certificado pela Anvisa, não sendo aceito produtos à base de Nonil Fenol Etoxilado, que não são indicados para higienização de equipamentos de inox.	60	Litro (bombona de 1 litro, 5 litros ou 5,65 litros)
10	Detergente, composição: tensoativos aniônicos, coadjuvante, preservantes, componente ativo linear alquibenzeno de sódio, aplicação: remoção de gorduras de louças, talheres e panelas, aroma neutro, características adicionais: contém tensoativo biodegradável. Frasco com 500ml.	2.000	Frasco com 500 ml
11	Esponja de aço, pacote com 8 unidades.	232	Pacote com 8 unidades
12	Esponja de limpeza dupla face, sendo uma em fibra sintética abrasiva (geralmente verde) e outra em espuma macia (geralmente amarela), fabricada com solvente à base d'água.	1.260	Embalagem com uma unidade
13	Conjunto acendedor + isqueiro portátil para fogão industrial a gás.	60	Conjunto compatível entre si
14	Pano de limpeza de composição de fibras 100% de viscose, látex sintético, corante e agente bacteriostático, medidas 60x33cm (variação aceitável nas medidas de até 20%).	252	unidade
15	Sabão em barra, unidades com 200g.	336	unidade
16	Saponáceo líquido, composição: detergente, aplicação: limpeza pisos, paredes e louças, características adicionais: biodegradável. Frasco com 300ml.	252	Frasco com 300ml
17	Solução de limpeza multiuso, composição básica: sulfonato de sódio, tensoativo não iônico, alcalina, aspecto físico líquido, características adicionais: biodegradável. Frasco com 500ml	336	Frasco com 500ml



GRUPO 3			
Item	Descrição	Quantidade	Unidade
18	Guardanapo de papel descartável, com folhas duplas, nas medidas aproximadas de 33,5 x 33,0cm, de composição de fibras 100% naturais, acondicionados em pacotes com 50 unidades.	600	Pacote com 50 unidades
19	Guardanapo de papel descartável, nas medidas de 22cm x 23cm, admitindo-se variação de 10% para mais ou para menos, acondicionados em pacotes com 50 unidades.	600	Pacote com 50 unidades
20	Toalha bandeja, material papel, redonda, características adicionais rendada, cor branca, com diâmetro de 36cm, admitindo-se variação de 5% nas medidas para menos, pacote com 100 unidades.	120	Pacote com 100 unidades
21	Toalha de papel, material papel, tipo folha simples, quantidade de toalha por rolo 60, comprimento 22 cm, largura 20, admitindo-se variação de 5% para mais ou para menos, cor branca.	70	Pacote com 2 unidades
22	Toalha mesa, material papel, formato retangular, características adicionais rendada, cor branca, nas medidas de 38cm x 27cm, admitindo-se variação de 10% para mais ou para menos, pacote com 100 unidades.	120	Pacote com 100 unidades

3. HISTÓRICO DE CONSUMO

3.1. Histórico de consumo

Histórico de consumo do período anterior à pandemia do coronavírus:
1/1 Açúcar cristal: 450 k/mês; 1/2 Adoçante líquido dietético: 52 frascos/mês; 1/3 Água mineral: 420 unid./mês; 1/4: Café torrado e moído: 500 k/mês; 1/5 Caixa de chá erva mate: 108 cxs/mês;
2/6: Água sanitária: 35 unid./mês; 2/7 Álcool gel: 15 unid./mês; 2/8 Álcool líquido: 8 unid./mês; 2/9 Desengraxante: 5 litros/mês; 2/10 Detergente: 167 unid./mês; 2/11 Esponja de aço: 19,3 pcts/mês; 2/12 Esponja de limpeza dupla face: 105 unid./mês; 2/13 Conjunto acendedor + isqueiro: sem histórico de consumo; 2/14



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD N° 20100/2021-2

Pano de limpeza: 21 unid./mês; 2/15 Sabão em barra: 28 unid./mês; 2/16 Saponáceo líquido: 21 unid./mês; 2/17 Solução de limpeza multiuso: 28 unid./mês; 3/18 Guardanapo de papel 33,5 x 33,0: 50 pcts./mês; 3/19 Guardanapo de papel descartável 22 cm x 23 cm: 50 pcts./mês; 3/20 Toalha bandeja: 5 pcts. com 200 unid./mês; 3/21 Toalha de papel: 12 rolos/mês; 3/22 Toalha mesa: 5 pcts./mês.

3.2. Estimativa de consumo

Não há possibilidade de se prever o consumo dos próximos meses, mas para o quantitativo desse Proad foram considerados percentuais de 100% ou 80% daquele consumo já estabelecido antes da pandemia.

1/1 Açúcar cristal: 360 k/mês; 1/2 Adoçante líquido dietético: 41 frascos/mês; 1/3 Água mineral: 333 unid./mês; 1/4: Café torrado e moído: 400 k/mês; 1/5 Caixa de chá erva mate: 87 cxs/mês;

2/6: Água sanitária: 28 unid./mês; 2/7 Álcool gel: 12 unid./mês; 2/8 Álcool líquido: 6,5 unid./mês; 2/9 Desengraxante: 5 litros/mês; 2/10 Detergente: 167 unid./mês; 2/11 Esponja de aço: 19,3 pcts/mês; 2/12 Esponja de limpeza dupla face: 105 unid./mês; 2/13 Conjunto acendedor + isqueiro: 5 conjuntos/mês; 2/14 Pano de limpeza: 21 unid./mês; 2/15 Sabão em barra: 28 unid./mês; 2/16 Saponáceo líquido: 21 unid./mês; 2/17 Solução de limpeza multiuso: 28 unid./mês;

3/18 Guardanapo de papel 33,5 x 33,0: 40 pcts. /mês; 3/19 Guardanapo de papel descartável 22 cm x 23 cm: 40 pcts./mês; 3/20 Toalha bandeja: 4 pcts. com 200 unid./mês; 3/21 Toalha de papel: 12 rolos/mês; 3/22 Toalha mesa: 4 pcts./mês.

3.3. Quantidade para Consumo Imediato

1/1 Açúcar cristal: 1.440 k; 1/2 Adoçante líquido dietético: 165 frascos; 1/3 Água mineral: 1.350 unid.; 1/4: Café torrado e moído: 1.600 k; 1/5 Caixa de chá erva mate: 348 cxs.;

2/6: Água sanitária: 168 unid.; 2/7 Álcool gel: 72 unid.; 2/8 Álcool líquido: 39 unid.; 2/9 Desengraxante: 30 litros; 2/10 Detergente: 1000 unid.; 2/11 Esponja de aço: 116 pcts.; 2/12 Esponja de limpeza dupla face: 630 unid./mês; 2/13 Conjunto acendedor + isqueiro: 30 conjuntos; 2/14 Pano de limpeza: 126 unid.; 2/15 Sabão em barra: 168 unid.; 2/16 Saponáceo líquido: 126 unid.; 2/17 Solução de limpeza multiuso: 168 unid.;

3/18 Guardanapo de papel 33,5 x 33,0: 300 pcts.; 3/19 Guardanapo de papel descartável 22 cm x 23 cm: 300 pcts.; 3/20 Toalha bandeja: 30 pcts. com 200 unid.; 3/21 Toalha de papel: 70 rolos; 3/22 Toalha mesa: 30 pcts.

3.4. Estimativa de periodicidade de aquisição

A periodicidade de aquisição prevista é: 1) grupo 1: entrega trimestral; 2) grupos 2 e 3: entrega semestral.

3.5. Quantidade mínima a ser solicitada em cada pedido

1/1 Açúcar cristal: 1.440 k; 1/2 Adoçante líquido dietético: 165 frascos; 1/3 Água mineral: 1.350 unid.; 1/4: Café torrado e moído: 1.600 k; 1/5 Caixa de chá erva mate: 348 cxs.;

2/6: Água sanitária: 168 unid.; 2/7 Álcool gel: 72 unid.; 2/8 Álcool líquido: 39 unid.; 2/9 Desengraxante: 30 litros; 2/10 Detergente: 1000 unid.; 2/11 Esponja de aço: 116 pcts.; 2/12 Esponja de limpeza dupla face: 630 unid./mês; 2/13



Conjunto acendedor + isqueiro: 30 conjuntos; 2/14 Pano de limpeza: 126 unid.; 2/15 Sabão em barra: 168 unid.; 2/16 Saponáceo líquido: 126 unid.; 2/17 Solução de limpeza multiuso: 168 unid.;

3/18 Guardanapo de papel 33,5 x 33,0: 300 pcts.; 3/19 Guardanapo de papel descartável 22 cm x 23 cm: 300 pcts.; 3/20 Toalha bandeja: 30 pcts. com 200 unid.; 3/21 Toalha de papel: 70 rolos; 3/22 Toalha mesa: 30 pcts.

4. SUSTENTABILIDADE

A empresa deverá atender aos seguintes critérios de sustentabilidade, definidos no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 3ª edição do CSJT:

GRUPO 1	1, 2 e 4	1.1.4.2 Café e Açúcar	Recomenda-se exigir laudos da qualidade dos produtos, em conformidade com o padrão estipulado na Resolução RDC/Anvisa nº 271/2005 para açúcar e adoçante e na Resolução RDC/ Anvisa nº 277/2005 para café, emitidos por laboratórios credenciados pela Rede Brasileira de laboratórios Analíticos de Saúde (Reblas/Anvisa).
GRUPO 1	3	1.1.4.1. Água Mineral	<ul style="list-style-type: none">- Os produtos devem atender às características e procedimentos regulamentados nas resoluções Anvisa nº 274/2005 e nº 275/2005;- Conforme as portarias DNPM nº 387/2008 e nº 128/2011, os vasilhames devem atender às normas constantes da ABNT NBR 14222:2013 e 14328:2011, que dispõem sobre embalagem plástica para água mineral e potável de mesa – garrafão retornável. Devem, ainda, trazer impressa a data limite de 3 (três) anos de sua vida útil e o número de certificação da embalagem que atesta a sua conformidade com as normas técnicas acima referidas, bem como o nome do instituto técnico responsável pela emissão do certificado; <ul style="list-style-type: none">- Os rótulos dos produtos devem possuir as informações previstas na Portaria MME nº 470/1999;
GRUPO 1	4	Café	A marca deve possuir Certificado no PQC -Programa de Qualidade do Café da ABIC, em plena validade, ou Laudo de Avaliação do Café, emitido por laboratório especializado, com nota de Qualidade Global mínima de 6,0 pontos e máxima de 7,2 na Escala Sensorial do Café e Laudo de Microscopia do Café com tolerância de no máximo 1% de impureza, com aspecto em pó homogêneo, torrado e moído. Tipo de café: Gosto predominante de café arábica. Bebida: Dura, não admitindo-se Rio ou Rio Zona. A Contratada deverá arcar com os custos, caso opte pelo procedimento de análise de amostras do lote efetivamente entregue para a Certificação da Qualidade do Café. Laboratórios credenciados para a certificação exigida: a) Lafise - Ital, Avenida Brasil, n. 2880, Chapadão, Campinas, São Paulo, CEP 13.073-001, Telefone: (19) 3743-1804, e-mail: alinegarcia@ital.sp.gov.br; b) GAC - Grupo de Avaliação de Café, Praça Dom José Gaspar, n. 30/21, São Paulo/SP, CEP 010.47-010, Telefone: (11) 3259-7673, e-mail: gac@sindicafesp.com.br; c) Escritório Carvalhaes, Rua do Comércio, n. 55/8, Santos, São Paulo, CEP 11.010-141, Telefone: (13) 2102-5778, e-mail: lab@carvalhaes.com.br.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 20100/2021-2

GRUPO 2	6 a 14, 16 e 17	1.1.2.1. Produtos Saneantes	<p>Adquirir produtos biodegradáveis, priorizando a aquisição daqueles menos agressivos ao meio ambiente e, preferencialmente, concentrados e/ou fornecidos em refil.</p> <p>Os produtos usados na limpeza e conservação de ambientes, também denominados saneantes, tais como álcool, água sanitária, detergentes, ceras, sabões em barra e em pó, saponáceos, desinfetantes, inseticidas, para que sejam aceitos, por ocasião das análises das propostas, deverão vir acompanhados dos seguintes documentos:</p> <p>a) Registro ou Isenção de Registro ou Notificação dos Medicamentos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa/Ministério da Saúde vigente.</p> <p>b) Serão aceitos Registros publicados no Diário Oficial da União ou obtidos pelo endereço eletrônico da Anvisa (www.anvisa.gov.br), dentro do prazo de validade.</p> <p>Os produtos saneantes deverão ter as seguintes informações no rótulo: nome do fabricante, CNPJ, nome e CRQ do químico responsável, número do registro na Anvisa, número do Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) e país de origem da indústria.</p> <p>Recomenda-se exigir a Ficha de Informação de Segurança de Produto Químico (FISPQ), de acordo com a NBR 14725-4/2012.</p> <p>Os rótulos dos produtos saneantes, em especial daqueles classificados como perigosos, devem estar em conformidade com a referida norma.</p> <p>Quando da aquisição dos seguintes produtos, observar o que segue:</p> <ul style="list-style-type: none">• Produtos utilizados sob a forma aerossol, solventes e esterilizantes: não devem conter substâncias agressivas à camada de ozônio na atmosfera;• Esponjas: dar preferência àquelas fabricadas com solvente à base d'água;• Sabão em barra e detergentes em pó: priorizar a aquisição de produtos à base de coco ou isentos de fósforo e, quando inexistentes no mercado, deve-se exigir comprovação de que o teor respeita os limites máximos de concentração: Limite máximo de P2O5 por formulação (%) - 10,99. Limite máximo de P por formulação (%) - 4,80. Média ponderada máxima de P por GFI (%) - 3,16. Média ponderada máxima de STPP por GFI (%) - 12,5.
------------	-----------------------	-----------------------------------	---



GRUPO 3	18 a 22	1.1.2.3. Produtos sanitários oriundos da madeira	Na compra de produtos sanitários provenientes da madeira, observar o Decreto nº 7.746/2012 que estabelece que, na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras, devem-se adotar critérios e práticas sustentáveis nos instrumentos convocatórios, dentre as quais a utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento. Observar os critérios da rastreabilidade e da origem dos insumos de madeira a partir de fontes de manejo sustentável em conformidade com a norma ABNT NBR 14790:2014, utilizada pelo Cerflor, ou com o padrão FSC-STD-40-004 V3-0. A comprovação da conformidade deve ser feita por meio do Certificado da Cadeia de Custódia e/ou Selo de Cadeia de Custódia do Cerflor ou do FSC, ou similares, desde que reconhecidos nacionalmente. Recomenda-se exigir da contratada que apresente ficha técnica comprovando a classificação do produto de acordo com a NBR 15464:2010.
------------	------------	---	---

5. VISTORIA

Não se aplica.

6. AMOSTRA

Não será necessário o envio de amostra, porém, para o produto constante no Item 9 do Grupo 2, solicita-se o envio de material ilustrativo com as características básicas, incluindo a fórmula com o princípio ativo **Hidróxido de Sódio**, a fim de se evitar a aquisição de produto à base de Nonil Fenol Etoxilado que não é indicado para higienização de equipamentos de inox.

7. PRAZOS

7.1. **Prazo de entrega:** 20 (vinte) dias, após a emissão da nota de empenho.

7.2. **Prazo de validade:** Os produtos efetivamente entregues deverão apresentar prazo de validade restante de no mínimo 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo.

8. LOCAL E HORÁRIO DA ENTREGA DOS BENS

8.1. **Endereço:** Sede Administrativa, Rua Ferreira Penteado, nº 871, Centro, Campinas, São Paulo, CEP 13.015-927.

8.2. **Horário:** De 2ª a 6ª feira, das 8 às 17 horas.

8.3. **Agendamento Prévio:** A empresa deverá entrar em contato com a Seção de Copa (19) 3236-2100, Ramais 2090 ou 2070.

Silvia Regina de Paula Rosa (19) 98188-9351 (srosa@trt15.jus.br).



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 20100/2021-2

Marcos Luis Félix (marcosluisfelix@gmail.com).

9. ORÇAMENTO

GRUPO 1					
Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Vi. Unitário	Vi. Total
1	Açúcar cristal de origem vegetal, sacarose de cana de açúcar, isento de impurezas, com prazo de validade de 12 (doze) meses restantes, a partir da entrega pelo fornecedor, com data de fabricação e validade impressas no rótulo da embalagem.	4.320	quilo (embalagem de 250g; 500g; 1kg ou 5kg)	4,84	20.908,80
2	Adoçante líquido dietético, Aspartame, com prazo de validade de no mínimo 12 (doze) meses restantes, a partir da entrega pelo fornecedor, com data de fabricação e de validade impressas no rótulo da embalagem, acondicionados em frascos contendo entre 100ml e 120ml.	496	frasco entre 100ml e 120ml	17,27	8.565,92
3	Água mineral, envasada em garrafa plástica de 500ml ou 510ml, destinadas ao consumo exclusivo de magistrados.	4.000	garrafa plástica de 500ml ou de 510ml	1,95	7.800,00
4	Café torrado e moído, acondicionados em embalagens do tipo vácuo, com validade de 12 (doze) meses, a partir da entrega pelo fornecedor, com registro da data de fabricação e validade impressas no rótulo da embalagem. Qualidade: a marca deve possuir Certificado no PQC - Programa de Qualidade do Café da ABIC, em plena validade, ou Laudo de Avaliação do Café, emitido por laboratório especializado, com nota de Qualidade Global mínima de 6,0 pontos e máxima de 7,2 na Escala Sensorial do	4.800	quilo (embalagem de 250g; 500g; 1kg ou 5kg)	41,67	200.016,00



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 20100/2021-2

	Café e Laudo de Microscopia do Café com tolerância de no máximo 1% de impureza, com aspecto em pó homogêneo, torrado e moído. Tipo e café: Gosto predominante de café arábica. Bebida: Dura, não admitindo-se Rio ou Rio Zona. A Contratada deverá arcar com os custos, caso opte pelo procedimento de análise de amostras do lote efetivamente entregue para a Certificação da Qualidade do Café. Laboratórios credenciados para a certificação exigida: a) Lafise - Ital, Avenida Brasil, n. 2880, Chapadão, Campinas, São Paulo, CEP 13.073-001, Telefone: (19) 3743-1804, e-mail: alinegarcia@ital.sp.gov.br ; b) GAC - Grupo de Avaliação de Café, Praça Dom José Gaspar, n. 30/21, São Paulo/SP, CEP 010.47-010, Telefone: (11) 3259-7673, e-mail: gac@sindicafesp.com.br; c) Escritório Carvalhaes, Rua do Comércio, n. 55/8, Santos, São Paulo, CEP 11.010-141, Telefone: (13) 2102-5778, e-mail: lab@carvalhaes.com.br.				
5	Caixa de chá erva mate tostada, acondicionada em embalagem/caixa de 250g cada uma, com prazo de validade de 12 (doze) meses restantes, a partir da entrega pelo fornecedor, com data de fabricação e de validade impressas no rótulo da embalagem/caixa.	1.044	Caixa com 250g	7,13	7.443,72
VALOR TOTAL ESTIMADO - GRUPO 1 (R\$)					244.734,44



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 20100/2021-2

GRUPO 2					
Item	Descrição	Quantidade	Unidade	VI. Unitário	VI. Total
6	Água sanitária, frasco com 1000ml, com boa vedação e tampa roscável.	336	Frasco com 1.000 ml	4,20	1.411,20
7	Álcool Gel 500g.	144	Frasco com 500g	9,15	1.317,60
8	Álcool líquido 92,8°INPM (96°GL), para higienização de louças e equipamentos.	78	Frasco com 1.000ml	9,38	731,64
9	Desengraxante/Desincrustante alcalino, princípio ativo hidróxido de sódio, para higienização de equipamento em inox, devidamente certificado pela Anvisa, não sendo aceito produtos à base de Nonil Fenol Etoxilado, que não são indicados para higienização de equipamentos de inox.	60	Litro (bombona de 1 litro, 5 litros ou 5,65 litros)	19,06	1.143,60
10	Detergente, composição: tensoativos aniônicos, coadjuvante, preservantes, componente ativo linear alquibenzeno de sódio, aplicação: remoção de gorduras de louças, talheres e panelas, aroma neutro, características adicionais: contém tensoativo biodegradável. Frasco com 500ml.	2.000	Frasco com 500 ml	3,49	6.980,00
11	Esponja de aço, pacote com 8 unidades.	232	Pacote com 8 unidades	2,76	640,32
12	Esponja de limpeza dupla face, sendo uma em fibra sintética abrasiva (geralmente verde) e outra em espuma macia (geralmente amarela), fabricada com solvente à base d'água.	1.260	Embalagem com uma unidade	2,58	3.250,80



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 20100/2021-2

13	Conjunto acendedor + isqueiro portátil para fogão industrial a gás.	60	Conjunto compatível entre si	17,27	1.036,20
14	Pano de limpeza de composição de fibras 100% de viscosa, látex sintético, corante e agente bacteriostático, medidas 60x33cm (variação aceitável nas medidas de até 20%).	252	unidade	3,66	922,32
15	Sabão em barra, unidades com 200g.	336	unidade	3,03	1.018,08
16	Saponáceo líquido, composição: detergente, aplicação: limpeza pisos, paredes e louças, características adicionais: biodegradável. Frasco com 300ml.	252	Frasco com 300ml	5,80	1.461,60
17	Solução de limpeza multiuso, composição básica: sulfonato de sódio, tensoativo não iônico, alcalina, aspecto físico líquido, características adicionais: biodegradável. Frasco com 500ml	336	Frasco com 500ml	7,51	2.523,36
VALOR TOTAL ESTIMADO - GRUPO 2 (R\$)					22.436,72

GRUPO 3					
Item	Descrição	Quantidade	Unidade	VI. Unitário	VI. Total
18	Guardanapo de papel descartável, com folhas duplas, nas medidas aproximadas de 33,5 x 33,0cm, de composição de fibras 100% naturais, acondicionados em pacotes com 50 unidades.	600	Pacote com 50 unidades	7,14	4.284,00



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 20100/2021-2

19	Guardanapo de papel descartável, nas medidas de 22cm x 23cm, admitindo-se variação de 10% para mais ou para menos, acondicionados em pacotes com 50 unidades.	600	Pacote com 50 unidades	3,05	1.830,00
20	Toalha bandeja, material papel, redonda, características adicionais rendada, cor branca, com diâmetro de 36cm, admitindo-se variação de 5% nas medidas para menos, pacote com 100 unidades.	120	Pacote com 100 unidades	106,76	12.811,20
21	Toalha de papel, material papel, tipo folha simples, quantidade de toalha por rolo 60, comprimento 22 cm, largura 20, admitindo-se variação de 5% para mais ou para menos, cor branca.	70	Pacote com 2 unidades	6,63	464,10
22	Toalha mesa, material papel, formato retangular, características adicionais rendada, cor branca, nas medidas de 38cm x 27cm, admitindo-se variação de 10% para mais ou para menos, pacote com 100 unidades.	120	Pacote com 100 unidades	147,13	17.655,60
VALOR TOTAL ESTIMADO - GRUPO 3 (R\$)					37.044,90

VALOR TOTAL ESTIMADO - TODOS OS GRUPOS (R\$)	304.216,06
---	-------------------

10. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

A) OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

1. O FORNECEDOR se compromete a dar plena e fiel execução à ata de registro de preços e se obriga a:

1.1. Nomear um preposto, aceito pelo TRT, para representá-lo durante o período de vigência da Ata;



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 20100/2021-2

1.2. Comunicar, durante a vigência da ata de registro de preços, quaisquer alterações havidas em seu contrato social, bem como manter, devidamente válidas e atualizadas, as certidões de regularidade fiscal e trabalhista;

1.3. Arcar com todas as despesas para o envio ou retirada de produtos;

1.4. Não ceder ou transferir para terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o objeto desta licitação, ressalvadas as hipóteses de transformação empresarial previstas no art. 78, inciso VI, da Lei nº 8.666/1993, salvo se previamente autorizado por escrito pelo TRT e a seu exclusivo critério;

1.5. Observar as recomendações pertinentes, constantes do "Guia Prático para Inclusão de Critérios de Sustentabilidade nas Contratações da Justiça do Trabalho", instituído pelo CSJT-Conselho Superior da Justiça do Trabalho (Resolução nº 310, de 24 de setembro de 2021), em especial as seguintes:

A contratada deve comprovar, como condição prévia à assinatura do contrato e durante a vigência contratual, sob pena de rescisão contratual, o atendimento das seguintes condições:

a) não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016;

e

b) não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto:

- Nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988;
- Nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro;
- No Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo);
- Nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105;
- No Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT);
- Nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho;
- No Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

2. O FORNECEDOR também se compromete a:

2.1. atender prontamente aos pedidos de fornecimento da Seção de Copa dentro do prazo contratual, atendidas as exigências contratuais;

2.2. manter, durante a vigência da contratação, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar ao TRT a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

2.3. observar os dispositivos contidos no Decreto Estadual n.64.959/2020, bem como na Resolução CNJ n. 322/2020, a respeito do uso geral e obrigatório de equipamentos de proteção contra a disseminação do Covid-19, quando funcionários da contratada necessitarem adentrar no Tribunal para efetuar eventuais entregas de bens.



B) RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

1. O Fornecedor será responsabilizado civilmente por quaisquer danos causados nas instalações, mobiliários, equipamentos e demais utensílios do TRT e pelo extravio de documentos ou objetos, quando comprovados dolo ou culpa de seus empregados, devendo proceder imediatamente aos reparos necessários ou ao pagamento da indenização correspondente, sob pena de dedução do seu importe por ocasião do pagamento dos produtos fornecidos.

2. O FORNECEDOR responsabilizar-se-á pela qualidade, eficiência e presteza na realização do objeto contratado, em conformidade com as condições estabelecidas neste instrumento.

C) OBRIGAÇÕES DO TRT

Para a perfeita execução da presente contratação, o TRT se obriga a:

1. Efetuar, no prazo estabelecido, o pagamento dos produtos efetivamente fornecidos e definitivamente recebidos;
2. Formalizar os pedidos de requisição dentro do prazo contratual e zelar para que o recebimento, pagamento e demais cláusulas da contratação sejam obedecidas, sem impedimento algum que possa atrasar ou trazer prejuízo ao Fornecedor;
3. Permitir o acesso dos empregados do Fornecedor, devidamente identificados, nas suas dependências, para entrega dos produtos, nos horários estabelecidos.

11. PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

1. Sempre que julgar necessário, o TRT solicitará, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecimento do produto registrado, na quantidade que for preciso, mediante Nota de Empenho ou Autorização de Compra.

1.1. A Nota de Empenho ou Autorização de Compra será enviada via correspondência eletrônica ao FORNECEDOR, o qual deverá confirmar o recebimento no prazo de 1 (um) dia. Caso o FORNECEDOR não possua endereço eletrônico, a Nota de Empenho ou Autorização de Compra deverá ser retirada junto à Coordenadoria/Seção emitente, no prazo de 1 (um) dia, contado a partir da convocação.

1.1.1. Caso o FORNECEDOR não confirme o recebimento da Nota de Empenho ou Autorização de Compra em 01 (um) dia, ou o faça após o prazo, será considerada a data de transmissão de um desses documentos para efeito de contagem de prazo de entrega do produto.

1.2. O prazo para confirmação do recebimento ou para retirada da Nota de Empenho ou Autorização de Compra poderá ser prorrogado por uma vez, por igual



período, quando solicitado pelo FORNECEDOR durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo TRT.

1.3. A não confirmação do recebimento ou a não retirada da Nota de Empenho ou Autorização de Compra no prazo previsto, bem como a constatação de irregularidade fiscal, trabalhista e/ou previdenciária do FORNECEDOR, por ocasião do empenho da despesa, implicará aplicação de multa de 1 % (um por cento) sobre o valor da Nota de Empenho ou Autorização de Compra ou ainda sobre o valor a ser empenhado, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

12. RECEBIMENTO E PAGAMENTO DO OBJETO

1. O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega dos produtos, atendidas as especificações constantes neste edital e apresentadas as respectivas notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, quando será emitido o termo de recebimento provisório, conforme dispõe o artigo 73, inciso II, alínea "a" da Lei n.º 8.666/93.

2. O recebimento definitivo ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, quando será emitido o termo de recebimento definitivo, em consonância com o artigo 73, inciso II, alínea "b", da Lei nº 8.666/93, apresentada a respectiva nota fiscal, ou nota fiscal/fatura, cuja conferência e atestação serão feitas pelo(a) Seção de Copa do TRT.

2.1. No texto da nota fiscal ou nota fiscal/fatura deverão constar, obrigatoriamente, o objeto da licitação, a quantidade, a marca/modelo, se houver, os valores unitário e total, bem como o número deste processo que deu origem à aquisição.

3. Na ocorrência de qualquer circunstância que desaprove o recebimento definitivo, o mesmo ficará pendente e o pagamento suspenso até o saneamento das irregularidades, sendo que, durante o período em que o recebimento definitivo estiver pendente e o pagamento suspenso por culpa do FORNECEDOR, não incidirá sobre o TRT qualquer ônus, inclusive financeiro.

4. O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira do TRT num prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, conforme dispõe o artigo 73 da Lei n.º 8.666/93, sendo o crédito providenciado por meio de ordem bancária, na conta corrente indicada pelo FORNECEDOR no processo licitatório.

4.1. Excepcionalmente, o pagamento poderá ser realizado por meio de fatura / boleto bancário que contenha código de barras. Neste caso, o referido documento deverá ser emitido pelo seu valor líquido, devendo constar em seu corpo o valor bruto da contratação, além dos valores dos tributos que serão retidos na operação (IR, CSLL, PIS / PASEP, COFINS, ISSQN, INSS).

4.2. No caso de divergência entre os valores lançados no documento pela empresa e aqueles que deverão ser retidos/recolhidos por este E. TRT, o pagamento se dará, obrigatoriamente, por depósito em conta corrente.



4.3. O pagamento mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que o FORNECEDOR efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

4.4. Na data de emissão da ordem bancária, o FORNECEDOR deverá possuir, devidamente válidos e atualizados, os documentos de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, ressalvadas as situações em que, comprovadamente, a indisponibilidade dos documentos seja decorrente de caso fortuito ou força maior.

4.4.1. Cessadas as situações de caso fortuito ou força maior, serão analisados os documentos da empresa vencedora e, caso seja verificada irregularidade, o ajuste poderá ser rescindido por culpa da empresa vencedora, a critério do TRT, nos termos do item "SANÇÕES", com a aplicação das penalidades cabíveis.

4.4.2. No dia útil posterior ao da sua emissão, a ordem bancária de pagamento será remetida ao Banco do Brasil S/A - Posto de Atendimento do TRT. O período seguinte, até o efetivo crédito do valor na conta corrente do FORNECEDOR, refere-se aos trâmites interbancários.

5. No caso de atraso de pagamento, desde que o FORNECEDOR não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos, pelo TRT, encargos moratórios à taxa nominal de 6% A.A. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

5.1. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$; onde:

EM = encargos moratórios devidos;

N = números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I = índice de compensação financeira = 0,00016438; e

VP = valor da prestação em atraso.

13. SANÇÕES

1. Ficam estabelecidas as seguintes multas sobre o valor dos produtos entregues em atraso, contados a partir do primeiro dia útil posterior ao último dia do prazo definido neste Termo de Referência, as quais serão descontadas na fatura por ocasião do pagamento:

- até o sétimo dia de atraso, multa única de 1% (um por cento);
- a partir do oitavo dia de atraso, multa diária de 0,2% (dois décimos por cento) - até o limite de 10% (dez por cento) do valor da Nota de Empenho.

2. Na reincidência, as multas serão cobradas em dobro.

3. As multas eventualmente aplicadas, seja por inexecução, seja por cancelamento do ajuste por culpa do FORNECEDOR, serão pagas por meio de cheque nominal ao TRT.



3.1. Na ausência do pagamento das multas, o TRT poderá descontar o respectivo valor dos eventuais créditos do FORNECEDOR. Inexistindo crédito em favor do FORNECEDOR, os valores deverão ser por ele recolhidos no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação por "Aviso de Recebimento – AR", sob pena de inscrição do débito na Dívida Ativa da União, observados os procedimentos legais.

4. A aplicação das multas estabelecidas neste item, nos termos do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, não impede que o TRT cancele unilateralmente o ajuste e/ou aplique as demais sanções previstas no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, no que couber, as sanções assinaladas nos artigos 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993.

5. Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação, serão garantidos ao FORNECEDOR o contraditório e a prévia defesa.

6. Se o FORNECEDOR não efetuar o fornecimento dos produtos em até 10 (dez) dias corridos após o prazo previsto, poderá ensejar, por sua culpa, o cancelamento do ajustado.

7. O cancelamento do ajustado por culpa do FORNECEDOR por inexecução do ajustado ou pela não entrega dos produtos, implicará pagamento de multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total adjudicado ou do produto não fornecido.

8. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente, indevidamente fundamentados ou não comprovados, ficando a aceitação das justificativas a critério do TRT.

9. As infrações administrativas praticadas pelos licitantes obedecerão o disposto no item – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS - do Edital.

14. RESCISÃO

1. Constituem motivos para a rescisão da contratação as situações previstas nos artigos 77 e 78, nas formas contidas no artigo 79, com as consequências do artigo 80, e sem prejuízo das sanções administrativas dos artigos 86 a 88, todos da Lei nº 8.666/1993.

2. O atraso injustificado por período superior a 10 (dez) dias corridos caracterizará a inexecução total das respectivas obrigações, podendo ensejar, a critério do TRT, a rescisão unilateral da contratação, na forma do artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, por culpa do FORNECEDOR.

3. A rescisão desta contratação por culpa do FORNECEDOR implicará multa de 10% (dez por cento) do valor total da contratação.

4. Esta contratação poderá ser rescindida unilateralmente e a qualquer tempo pelo TRT, no interesse do serviço público, nos termos e com as consequências previstas na Lei nº 8.666/1993.



15. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

1. O fornecimento será acompanhado e fiscalizado pela Assistente-Chefe da Seção de Copa deste TRT, designado(a) gestor(a) da ata de registro de preços.

2. A fiscalização de que trata este item:

- a) será exercida no interesse da Administração;
- b) não exclui nem reduz a responsabilidade do FORNECEDOR pelos danos causados ao TRT, ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão, culposa ou dolosa, de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

3. Quaisquer exigências de fiscalização, inerentes ao objeto da Ata de Registro de Preços, deverão ser prontamente atendidas pelo FORNECEDOR, sem qualquer ônus para este E. Tribunal.

16. TRANSFORMAÇÃO EMPRESARIAL, TRANSFERÊNCIA E CESSÃO DA ATA

1. Ocorrendo as hipóteses de transformação empresarial previstas no artigo 78, inciso VI, da Lei nº 8.666/1993, a presente Ata poderá ser mantida com o FORNECEDOR, ou cedida ou transferida, mediante prévia autorização por escrito do TRT e a seu exclusivo critério, e desde que:

- a) O FORNECEDOR remanescente, ou o beneficiário da cessão ou da transferência, demonstre possuir as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital;
- b) Não se verifique fraude à licitação.

17. PROTEÇÃO DE DADOS

Deverão ser observadas, no que couber, os seguintes critérios e as práticas expostas na "LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS", em especial as seguintes:

17.1. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – Para os fins dispostos na LGPD – Lei nº 13.709/2018, o FORNECEDOR DECLARA que concorda com a Política de Privacidade e Proteção de Dados do TRT, nos termos deste item, comprometendo-se a manter política de conformidade junto ao seu quadro de empregados e/ou prepostos, notadamente em relação àqueles que terão acesso a dados pessoais gerais e dados pessoais sensíveis de terceiros, sob a custódia do TRT, em razão do desempenho das atribuições a serem executadas por força deste Instrumento. O FORNECEDOR também fica ciente de que a perda e o vazamento de referidos dados podem trazer graves implicações ao TRT, bem como consequências administrativas, civis e criminais ao responsável pela infringência.

17.1.1. O FORNECEDOR se compromete a manter a confidencialidade com relação a toda documentação e toda a informação obtida através do TRT ou de qualquer pessoa física ou jurídica vinculada de alguma forma ao TRT, concordando em:

- a) Não divulgar a qualquer pessoa, que não esteja expressamente autorizada pelo TRT, o conteúdo de qualquer informação;



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 20100/2021-2

- b) Não permitir a qualquer pessoa o manuseio de qualquer documentação física ou eletrônica que componha ou tenha resultado de atividades do TRT, sem a devida autorização;
- c) Não explorar, em benefício próprio ou de terceiros, informações e documentos adquiridos através da participação em atividades do TRT.

17.1.2. O FORNECEDOR se declara ainda ciente de que:

- a) Salvo estipulação ou manifestação em sentido contrário, qualquer informação prestada será considerada pelo FORNECEDOR como Informação Confidencial do TRT, incluindo qualquer informação do fornecedor sob custódia do TRT, bem como qualquer informação do próprio TRT.
- b) Qualquer divulgação, oral ou eletrônica, que acompanhe a informação escrita, também será considerada Informação Confidencial. Se a informação for divulgada oral ou eletronicamente sem documentação escrita acompanhando, também será considerada Informação Confidencial, salvo manifestação expressa em contrário do TRT quando da divulgação.
- c) O TRT se reserva o direito de monitorar e auditar quaisquer atividades que envolvam estas informações.
- d) As obrigações de confidencialidade estabelecidas neste item se estendem por TEMPO INDETERMINADO, independentemente da quebra de vínculo com o TRT ou do fim da vigência deste instrumento e, ainda, apenas serão alteradas mediante autorização mútua, por escrito, assinada por ambas as partes.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 20100/2021-2

ANEXO II AO EDITAL – PROPOSTA ATUALIZADA

Informamos, a seguir, o **Valor Total do GRUPO** para a eventual aquisição de itens de gênero alimentício e de higiene (de uso contínuo), tais como açúcar, água mineral, adoçante, chá mate, café, água sanitária, detergente, guardanapos e outros, , conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência - Anexo I, parte integrante deste edital, bem como nos esclarecimentos eventualmente consignados no Portal de Compras do Governo Federal, site www.comprasgovernamentais.gov.br.

GRUPO 1					
Item	Descrição	Quantidade	Unidade	VI. Unitário	VI. Total
1	Açúcar cristal de origem vegetal, sacarose de cana de açúcar, isento de impurezas, com prazo de validade de 12 (doze) meses restantes, a partir da entrega pelo fornecedor, com data de fabricação e validade impressas no rótulo da embalagem. MARCA/MODELO:	4.320	quilo (embalagem de 250g; 500g; 1kg ou 5kg)		
2	Adoçante líquido dietético, Aspartame, com prazo de validade de no mínimo 12 (doze) meses restantes, a partir da entrega pelo fornecedor, com data de fabricação e de validade impressas no rótulo da embalagem, acondicionados em frascos contendo entre 100ml e 120ml. MARCA/MODELO:	496	frasco entre 100ml e 120ml		
3	Água mineral, envasada em garrafa plástica de 500ml ou 510ml, destinadas ao consumo exclusivo de magistrados. MARCA/MODELO:	4.000	garrafa plástica de 500ml ou de 510ml		



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 20100/2021-2

4	<p>Café torrado e moído, acondicionados em embalagens do tipo vácuo, com validade de 12 (doze) meses, a partir da entrega pelo fornecedor, com registro da data de fabricação e validade impressas no rótulo da embalagem. Qualidade: a marca deve possuir Certificado no PQC - Programa de Qualidade do Café da ABIC, em plena validade, ou Laudo de Avaliação do Café, emitido por laboratório especializado, com nota de Qualidade Global mínima de 6,0 pontos e máxima de 7,2 na Escala Sensorial do Café e Laudo de Microscopia do Café com tolerância de no máximo 1% de impureza, com aspecto em pó homogêneo, torrado e moído. Tipo e café: Gosto predominante de café arábica. Bebida: Dura, não admitindo-se Rio ou Rio Zona.</p> <p>MARCA/MODELO:</p>	4.800	quilo (embalagem de 250g; 500g; 1kg ou 5kg)		
5	<p>Caixa de chá erva mate tostada, acondicionada em embalagem/caixa de 250g cada uma, com prazo de validade de 12 (doze) meses restantes, a partir da entrega pelo fornecedor, com data de fabricação e de validade impressas no rótulo da embalagem/caixa.</p> <p>MARCA/MODELO:</p>	1.044	Caixa com 250g		
VALOR TOTAL ESTIMADO - GRUPO 1 (R\$)					



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 20100/2021-2

GRUPO 2					
Item	Descrição	Quantidade	Unidade	VI. Unitário	VI. Total
6	Água sanitária, frasco com 1000ml, com boa vedação e tampa roscável. MARCA/MODELO:	336	Frasco com 1.000 ml		
7	Álcool Gel 500g. MARCA/MODELO:	144	Frasco com 500g		
8	Álcool líquido 92,8°INPM (96°GL), para higienização de louças e equipamentos. MARCA/MODELO:	78	Frasco com 1.000ml		
9	Desengraxante/Desincrustante alcalino, princípio ativo hidróxido de sódio, para higienização de equipamento em inox, devidamente certificado pela Anvisa, não sendo aceito produtos à base de Nonil Fenol Etoxilado, que não são indicados para higienização de equipamentos de inox. MARCA/MODELO:	60	Litro (bombona de 1 litro, 5 litros ou 5,65 litros)		
10	Detergente, composição: tensoativos aniônicos, coadjuvante, preservantes, componente ativo linear alquibenzeno de sódio, aplicação: remoção de gorduras de louças, talheres e panelas, aroma neutro, características adicionais: contém tensoativo biodegradável. Frasco com 500ml.	2.000	Frasco com 500 ml		



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 20100/2021-2

	MARCA/MODELO:				
11	Esponja de aço, pacote com 8 unidades. MARCA/MODELO:	232	Pacote com 8 unidades		
12	Esponja de limpeza dupla face, sendo uma em fibra sintética abrasiva (geralmente verde) e outra em espuma macia (geralmente amarela), fabricada com solvente à base d'água. MARCA/MODELO:	1.260	Embalagem com uma unidade		
13	Conjunto acendedor + isqueiro portátil para fogão industrial a gás. MARCA/MODELO:	60	Conjunto compatível entre si		
14	Pano de limpeza de composição de fibras 100% de viscose, látex sintético, corante e agente bacteriostático, medidas 60x33cm (variação aceitável nas medidas de até 20%). MARCA/MODELO:	252	unidade		
15	Sabão em barra, unidades com 200g. MARCA/MODELO:	336	unidade		
16	Saponáceo líquido, composição: detergente, aplicação: limpeza pisos, paredes e louças, características adicionais: biodegradável. Frasco com 300ml. MARCA/MODELO:	252	Frasco com 300ml		
17	Solução de limpeza multiuso, composição básica: sulfonato de sódio, tensoativo não	336	Frasco com 500ml		



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 20100/2021-2

	iônico, alcalina, aspecto físico líquido, características adicionais: biodegradável. Frasco com 500ml				
	MARCA/MODELO:				
VALOR TOTAL ESTIMADO - GRUPO 2 (R\$)					

GRUPO 3					
Item	Descrição	Quantidade	Unidade	VI. Unitário	VI. Total
18	Guardanapo de papel descartável, com folhas duplas, nas medidas aproximadas de 33,5 x 33,0cm, de composição de fibras 100% naturais, acondicionados em pacotes com 50 unidades. MARCA/MODELO:	600	Pacote com 50 unidades		
19	Guardanapo de papel descartável, nas medidas de 22cm x 23cm, admitindo-se variação de 10% para mais ou para menos, acondicionados em pacotes com 50 unidades. MARCA/MODELO:	600	Pacote com 50 unidades		
20	Toalha bandeja, material papel, redonda, características adicionais: rendada, cor branca, com diâmetro de 36cm, admitindo-se variação de 5% nas medidas para menos, pacote com 100 unidades. MARCA/MODELO:	120	Pacote com 100 unidades		



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 20100/2021-2

21	Toalha de papel, material papel, tipo folha simples, quantidade de toalha por rolo 60, comprimento 22 cm, largura 20, admitindo-se variação de 5% para mais ou para menos, cor branca. MARCA/MODELO:	70	Pacote com 2 unidades		
22	Toalha mesa, material papel, formato retangular, características adicionais rendada, cor branca, nas medidas de 38cm x 27cm, admitindo-se variação de 10% para mais ou para menos, pacote com 100 unidades. MARCA/MODELO:	120	Pacote com 100 unidades		
VALOR TOTAL ESTIMADO - GRUPO 3 (R\$)					

*** DEVE SER INFORMADO O MODELO E A MARCA DE CADA ITEM!**

PROPOSTA VÁLIDA POR 120 (cento e vinte) DIAS.

DADOS DA EMPRESA

NOME DA EMPRESA: _____

NOME E E-MAIL PESSOAL DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: _____

ENDEREÇO: _____

CIDADE: _____ ESTADO: _____ CEP: _____

TELEFONE: _____ CELULAR: _____

E-MAIL: _____

CNPJ: _____

BANCO: _____

Agência nº: _____ Dígito: _____ Conta Corrente nº: _____ Dígito: _____

Local e data: _____

Nome do representante legal da empresa
Carimbo da empresa licitante

Assinatura do representante legal da empresa



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 20100/2021-2

CADASTRO DE RESERVA

A empresa abaixo relacionada está incluída no Cadastro de Reserva, comprometendo-se a praticar, sob as penas da lei, os preços registrados na presente ata, no caso de exclusão da primeira colocada, ocasião em que será verificada se a empresa cadastrada mantém as condições de habilitação previstas em edital e se o produto ofertado cumpre os requisitos indicados no Termo de Referência (Anexo I), inclusive com aplicação de teste, se previsto no documento convocatório.

A inclusão no Cadastro de Reserva deve-se a manifestação da empresa, obedecida a ordem da última proposta apresentada na fase competitiva.

GRUPO ____				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
—	—	—		
VALOR TOTAL – GRUPO ____				

DADOS DA EMPRESA

NOME DA EMPRESA:

NOME E E-MAIL PESSOAL DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DA ATA DE
REGISTRO DE PREÇOS:

ENDEREÇO:

CIDADE:

ESTADO:

CEP:

TELEFONE:

CELULAR:

E-MAIL:

CNPJ:

BANCO:

Agência nº:

Dígito:

Conta Corrente nº:

Dígito:

Local e data:

Nome do representante legal da empresa
Carimbo da empresa licitante

Assinatura do representante legal da empresa



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 20100/2021-2

ANEXO III AO EDITAL
MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____ / 20__

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
N.º

O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, com sede na Rua Barão de Jaguará, 901, Centro, na cidade de Campinas/SP, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 03.773.524/0001-03, neste ato representado(a) pelo(a) Sra. Secretária da Administração, _____ (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria DG nº 01/2018, artigo 3º, publicada no DOE – Poder Judiciário – de 26/12/2018, portador(a) da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, PROAD nº 20100/2021, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a Eventual aquisição de itens de gênero alimentício e de higiene (de uso contínuo), tais como açúcar, água mineral, adoçante, chá mate, café, água sanitária, detergente, guardanapos e outros, , conforme as especificações e condições constantes no Termo de Referência, Anexo I do edital, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

GRUPO 1					
Item	Descrição	Quantidade	Unidade	VI. Unitário	VI. Total
1	Açúcar cristal de origem vegetal, sacarose de cana de açúcar, isento de impurezas, com prazo de validade de 12 (doze) meses restantes, a partir da entrega pelo fornecedor, com data de	4.320	quilo (embalagem de 250g; 500g; 1kg ou 5kg)		



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 20100/2021-2

	fabricação e validade impressas no rótulo da embalagem. MARCA/MODELO:				
2	Adoçante líquido dietético, Aspartame, com prazo de validade de no mínimo 12 (doze) meses restantes, a partir da entrega pelo fornecedor, com data de fabricação e de validade impressas no rótulo da embalagem, acondicionados em frascos contendo entre 100ml e 120ml. MARCA/MODELO:	496	frasco entre 100ml e 120ml		
3	Água mineral, envasada em garrafa plástica de 500ml ou 510ml, destinadas ao consumo exclusivo de magistrados. MARCA/MODELO:	4.000	garrafa plástica de 500ml ou de 510ml		
4	Café torrado e moído, acondicionados em embalagens do tipo vácuo, com validade de 12 (doze) meses, a partir da entrega pelo fornecedor, com registro da data de fabricação e validade impressas no rótulo da embalagem. Qualidade: a marca deve possuir Certificado no PQC - Programa de Qualidade do Café da ABIC, em plena validade, ou Laudo de Avaliação do Café, emitido por laboratório especializado, com nota de Qualidade Global mínima de 6,0 pontos e máxima de 7,2 na Escala Sensorial do Café e Laudo de Microscopia do Café com tolerância de no máximo 1% de	4.800	quilo (embalagem de 250g; 500g; 1kg ou 5kg)		



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 20100/2021-2

	impureza, com aspecto em pó homogêneo, torrado e moído. Tipo e café: Gosto predominante de café arábica. Bebida: Dura, não admitindo-se Rio ou Rio Zona. MARCA/MODELO:				
5	Caixa de chá erva mate tostada, acondicionada em embalagem/caixa de 250g cada uma, com prazo de validade de 12 (doze) meses restantes, a partir da entrega pelo fornecedor, com data de fabricação e de validade impressas no rótulo da embalagem/caixa. MARCA/MODELO:	1.044	Caixa com 250g		
VALOR TOTAL - GRUPO 1 (R\$)					

GRUPO 2					
Item	Descrição	Quantidade	Unidade	VI. Unitário	VI. Total
6	Água sanitária, frasco com 1000ml, com boa vedação e tampa roscável. MARCA/MODELO:	336	Frasco com 1.000 ml		
7	Álcool Gel 500g. MARCA/MODELO:	144	Frasco com 500g		
8	Álcool líquido 92,8°INPM (96°GL), para higienização de louças e equipamentos. MARCA/MODELO:	78	Frasco com 1.000ml		



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 20100/2021-2

9	Desengraxante/Desincrustante alcalino, princípio ativo hidróxido de sódio, para higienização de equipamento em inox, devidamente certificado pela Anvisa, não sendo aceito produtos à base de Nonil Fenol Etoxilado, que não são indicados para higienização de equipamentos de inox. MARCA/MODELO:	60	Litro (bombona de 1 litro, 5 litros ou 5,65 litros)		
10	Detergente, composição: tensoativos aniônicos, coadjuvante, preservantes, componente ativo linear alquilbenzeno de sódio, aplicação: remoção de gorduras de louças, talheres e panelas, aroma neutro, características adicionais: contém tensoativo biodegradável. Frasco com 500ml. MARCA/MODELO:	2.000	Frasco com 500 ml		
11	Esponja de aço, pacote com 8 unidades. MARCA/MODELO:	232	Pacote com 8 unidades		
12	Esponja de limpeza dupla face, sendo uma em fibra sintética abrasiva (geralmente verde) e outra em espuma macia (geralmente amarela), fabricada com solvente à base d'água. MARCA/MODELO:	1.260	Embalagem com uma unidade		
13	Conjunto acendedor + isqueiro portátil para fogão industrial a gás. MARCA/MODELO:	60	Conjunto compatível entre si		



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 20100/2021-2

14	Pano de limpeza de composição de fibras 100% de viscose, látex sintético, corante e agente bacteriostático, medidas 60x33cm (variação aceitável nas medidas de até 20%). MARCA/MODELO:	252	unidade		
15	Sabão em barra, unidades com 200g. MARCA/MODELO:	336	unidade		
16	Saponáceo líquido, composição: detergente, aplicação: limpeza pisos, paredes e louças, características adicionais: biodegradável. Frasco com 300ml. MARCA/MODELO:	252	Frasco com 300ml		
17	Solução de limpeza multiuso, composição básica: sulfonato de sódio, tensoativo não iônico, alcalina, aspecto físico líquido, características adicionais: biodegradável. Frasco com 500ml MARCA/MODELO:	336	Frasco com 500ml		
VALOR TOTAL - GRUPO 2 (R\$)					

GRUPO 3					
Item	Descrição	Quantidade	Unidade	VI. Unitário	VI. Total



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 20100/2021-2

18	Guardanapo de papel descartável, com folhas duplas, nas medidas aproximadas de 33,5 x 33,0cm, de composição de fibras 100% naturais, acondicionados em pacotes com 50 unidades. MARCA/MODELO:	600	Pacote com 50 unidades		
19	Guardanapo de papel descartável, nas medidas de 22cm x 23cm, admitindo-se variação de 10% para mais ou para menos, acondicionados em pacotes com 50 unidades. MARCA/MODELO:	600	Pacote com 50 unidades		
20	Toalha bandeja, material papel, redonda, características adicionais rendada, cor branca, com diâmetro de 36cm, admitindo-se variação de 5% nas medidas para menos, pacote com 100 unidades. MARCA/MODELO:	120	Pacote com 100 unidades		
21	Toalha de papel, material papel, tipo folha simples, quantidade de toalha por rolo 60, comprimento 22 cm, largura 20, admitindo-se variação de 5% para mais ou para menos, cor branca. MARCA/MODELO:	70	Pacote com 2 unidades		



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 20100/2021-2

22	Toalha mesa, material papel, formato retangular, características adicionais rendada, cor branca, nas medidas de 38cm x 27cm, admitindo-se variação de 10% para mais ou para menos, pacote com 100 unidades. MARCA/MODELO:	120	Pacote com 100 unidades		
VALOR TOTAL - GRUPO 3 (R\$)					

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

3.1. O órgão gerenciador será este Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir do(a)....., não podendo ser prorrogada.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração poderá realizar pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es), observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.



6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento dos produtos, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 20100/2021-2

disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I ao Edital.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7.892/13.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Campinas, ____ de _____ de 20__.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
(Representante Tribunal)

Nome Empresa
FORNECEDOR

Responsável Legal da Empresa: _____
CPF: _____